



Governo do Estado de Pernambuco
Secretaria Especial da Controladoria Geral do Estado
Gerência de Orientação Normas e Procedimentos

BOLETIM Nº 29/2010	ASSUNTO: USO DA TELEFONIA FIXA E CONTROLE MENSAL DAS DESPESAS RELATIVAS ÀS LIGAÇÕES EXTRARREDE
LEGISLAÇÃO: Portaria SAD Nº 1.977/2010	DATA: 28/12/2010

USO DA TELEFONIA FIXA E CONTROLE MENSAL DAS DESPESAS RELATIVAS ÀS LIGAÇÕES EXTRARREDE

Em virtude da publicação da **Portaria SAD Nº 1.977 de 23 de dezembro de 2010**, a Secretaria Especial da Controladoria Geral do Estado – SECGE, no exercício de sua função de orientação aos gestores públicos estaduais quanto à racionalização e controle dos gastos públicos, vem informar sobre a sistemática de gerenciamento do uso da telefonia fixa e do controle mensal das despesas relativas às **ligações de tráfego extrarrede**.

As ligações de tráfego extrarrede são aquelas realizadas para quaisquer números de telefone móvel e para quaisquer números de telefone fixo que não pertençam ao plano de numeração dos usuários da Rede PE-Multidigital.

Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual deverão adotar medidas para contingenciamento das despesas com serviço de tráfego extrarrede de forma que não ultrapassem os limites definidos infra descritos, com base na dotação orçamentária prevista para esta despesa:

TRÁFEGO	MODALIDADES	% das Despesas com serviço de Tráfego extrarrede por órgão ou entidade
Fixo-Fixo	Local, D1, D2, D3, D4 e DDI	40%
Fixo-Móvel	VC1, VC2 e VC3	60%

Para enquadramento nos limites acima referidos, os titulares dos órgãos e entidades mencionados deverão adotar, dentre outras medidas, as providências estabelecidas no art. 2º, § 2º, I a VII da aludida Portaria, bem como atender aos prazos nela definidos.

Lembramos que esta SECGE também publicou orientação a respeito da utilização adequada do sistema de telefonia fixa da PE-Multidigital, através do Boletim Informativo nº 24/2010, e que os ramais do contrato com esta rede sob responsabilidade de cada órgão ou entidade do Poder Executivo Estadual, denominados de pontos de voz fixos (PVF), deverão ser configurados de acordo com as categorias previstas no Anexo Único desta Portaria, de modo a alcançar o contingenciamento das despesas com o serviço tráfego extrarrede.

Pedimos especial atenção à leitura integral da multicitada portaria, de modo a atender as exigências ali contidas a fim de observar os princípios da eficiência e economicidade inerentes à Administração Pública.